

# RS fecha 10 anos com ‘alívio’ no pagamento da dívida

Desembolso para quitar débito com a União tem suspensões desde 2016; próxima gestão voltará a pagar o passivo



Bolívar Cavalar  
bolivarc@jcrs.com.br

Há 10 anos, os governos do Rio Grande do Sul têm tido benefícios com alívio no pagamento de parcelas da dívida com a União, cujo estoque encerrou 2025 em R\$ 106,5 bilhões. Esta conta chegará ao próximo governador gaúcho, que voltará a quitar o passivo com o governo federal a partir de 2027.

As gestões de José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) e Eduardo Leite (PSD, 2019-2026) não precisaram pagar o passivo entre 2017 e 2022 graças a uma liminar concedida no Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu dos pagamentos. Além disso, desde julho de 2016 até a interrupção dos pagamentos houve redução na prestação mensal do passivo.

O Estado voltaria a pagar parcelas da dívida em 2023, mas já sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), renegociação que permitiu uma retomada gradual nos pagamentos, em um percentual da receita muito inferior ao que vinha sendo feito até 2015.

Depois de pagar parcelas em 2023 e início de 2024, houve nova suspensão dos desembolsos em função da enchente histórica de maio de 2024. Com isso, a União liberou o Rio Grande do Sul de pagar as parcelas por três anos, período entre junho de 2024 e maio de 2027.

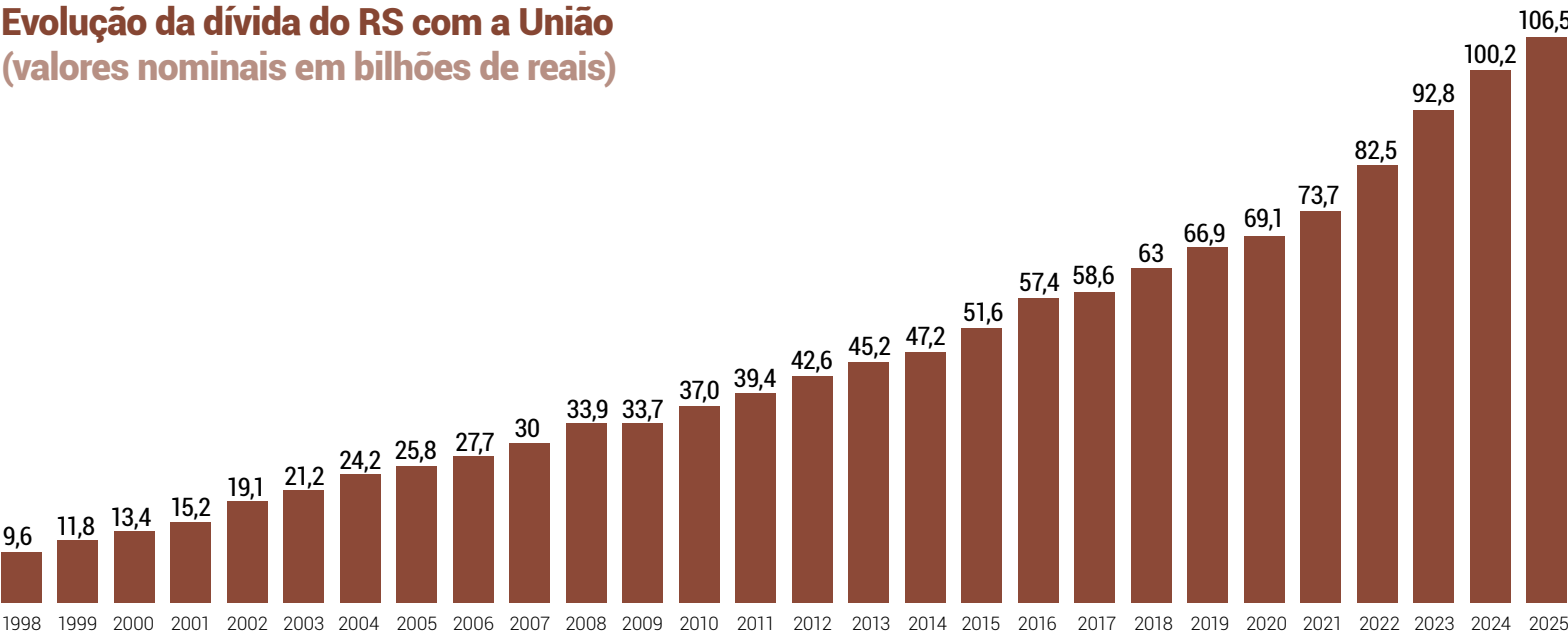
Enquanto isso, o saldo do passivo do governo gaúcho com a União é corrigido pelo IPCA, índice oficial de inflação no Brasil. O recurso que seria pago ao governo federal é transferido ao Fundo da Reconstrução Gaúcha, o Funrigs.

Os quatro principais candidatos ao governo gaúcho, de partidos com representação na Câmara dos Deputados – Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT), Luciano Zucco (PL) e Marcelo Maranata (PSDB) –, defendem a prorrogação desta suspensão, mas isso dependerá de articulação política entre os próximos Executivos estadual e federal.

Então, o que está posto hoje é que a partir de junho de 2027 os pagamentos do passivo terão de ser retomados pelo próximo governador.

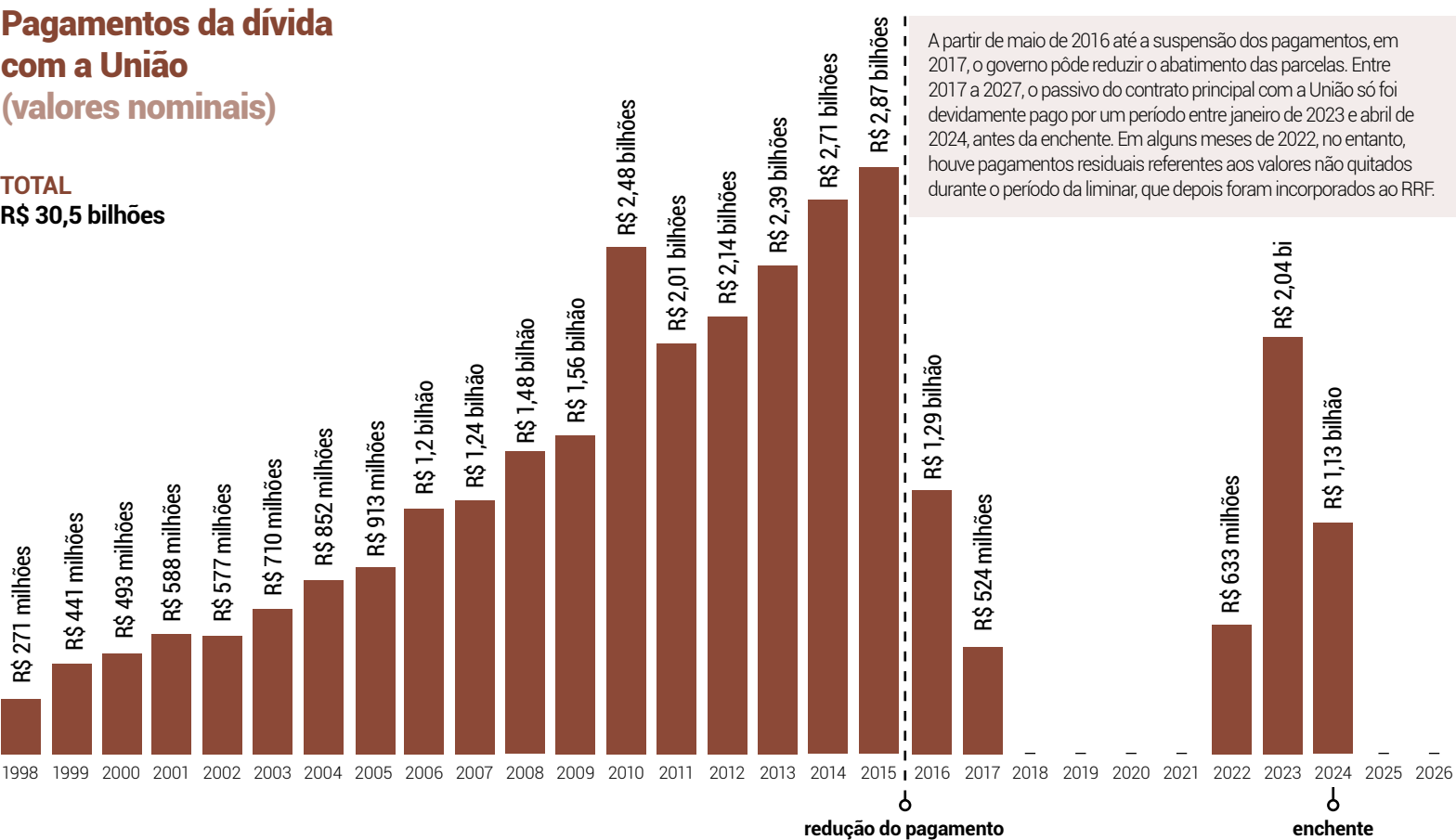
Entre 2016 e 2026, o passivo do contrato principal com a União só foi devidamente pago por um curto período, nos primeiros meses de

Evolução da dívida do RS com a União  
(valores nominais em bilhões de reais)



Pagamentos da dívida com a União  
(valores nominais)

TOTAL  
R\$ 30,5 bilhões



2016 e entre 2023 e a enchente do ano seguinte. Em alguns meses de 2022, houve pagamentos referentes a valores não desembolsados durante a vigência da liminar.

A retomada em 2023 ocorreu após o governo gaúcho ter alcançado, naquele ano, os requisitos necessários para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Estado atualmente está inserido e que se apresentava como uma possibilidade de pagamento gradual do passivo diante da situação fiscal desafiadora que o RS enfrenta.

Nos períodos de suspensão, o RS pagou zero em amortiza-

ções à União, e o saldo foi sendo corrigido pelo indexador de juros da dívida somado a encargos de inadimplência.

Além disso, houve pagamentos de outros passivos do Estado que não são com o ente federal, mas por este débito representar 89,6% do total de encargos financeiros do RS, as suas suspensões reduziram de forma acentuada a relação entre a receita gaúcha e o serviço da dívida.

Considerando todos os passivos do Estado, de 1998 a 2015 os pagamentos com a dívida representaram, em média, 12,8% ao ano da Receita Corrente Líquida (RCL). Já

entre 2016 e 2025, este percentual foi reduzido em mais de 10 pontos percentuais, com média de 2,37% da RCL por exercício.

Ou seja, nos governos de Leite e na maior parte da gestão de Sartori, os repasses da dívida com a União diminuíram. O passivo com o ente federal comprometeu agendas fiscais dos governos de Olívio Dutra (PT, 1999-2002), Germano Rigotto (MDB, 2003-2006), Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010) e Tarso Genro (PT, 2011-2014), e voltará a impactar as contas do Estado na próxima gestão do Piratini a partir de 2027.

Há uma opção para diminuir

o impacto da dívida com a União nas contas do RS: o novo programa de renegociação dos passivos estaduais, o Propag, que oferece juros menores aos que incidem hoje nos estoques. A atual gestão de Eduardo Leite solicitou adesão ao programa ao final de 2025, mas quem baterá o martelo sobre este ingresso será o próximo governador gaúcho.

Conforme a Secretaria Estadual da Fazenda, com a adesão, serão pagos R\$ 553 milhões em parcelas em 2027. O saldo devedor projetado para o final do ano que vem é de R\$ 106,5 bilhões, ou seja, o mesmo que fechou 2025.